

Por Mariana Muniz

### ***Em decisão inédita, STJ afirma que garantia comprometeria o compliance das empresas***

As investigações relacionadas a negociação de ações com informações privilegiadas – insider trading – não possuem cobertura do seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores de empresas, também conhecido como seguro de RC D&O. Foi o que decidiu, por unanimidade, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). É a primeira vez que o tribunal analisa a questão.

Bastante comum em empresas de grande porte, muitas delas multinacionais, este tipo de seguro é contratado para garantir o risco de eventuais prejuízos causados por atos de gestão de diretores, administradores e conselheiros que, na atividade profissional, agiram com culpa.

Preserva não só o patrimônio individual dos que atuam em cargos de direção (segurados), o que incentiva práticas corporativas inovadoras, mas também do patrimônio social da empresa tomadora do seguro e seus acionistas, já que serão ressarcidos por eventuais danos.

No STJ, a discussão ocorreu por meio do REsp 1.601.555/SP interposto por um ex-diretor de uma grande empresa contra a ACE Seguradora, antiga denominação da Chubb Seguros. O imbróglio estava em dizer se o seguro D&O cobriria ou não casos em que houve atos lesivos e de favorecimento pessoal.

Relator do processo, o ministro Ricardo Vilas Bôas Cueva, entendeu que “atos de favorecimento pessoal, a exemplo do insider trading, não estão abrangidos pela garantia securitária”.

“A apólice do seguro de RC D&O não pode cobrir atos dolosos, principalmente se cometidos para favorecer a própria pessoa do administrador, o que evita forte redução do grau de diligência do gestor ou a assunção de riscos excessivos, a comprometer tanto a atividade de compliance da empresa quanto às boas práticas de governança corporativa”, ressaltou o relator.

É considerada insider trading a negociação de valores mobiliários, como ações de empresas abertas, realizada com informações privilegiadas, que ainda não são do conhecimento do público.

### **Ainda mais**

Além da abrangência da cobertura, os ministros do STJ consideraram ter havido perda do direito à garantia do seguro por omissão de informação relevante na subscrição da apólice D&O.

Segundo os julgadores, os segurados sabiam da investigação da prática de insider trading realizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e não avisaram a seguradora.

“As informações prestadas pela tomadora do seguro e pelo segurado no questionário de risco não correspondiam à realidade enfrentada pela empresa no momento da renovação da apólice”, disse Cueva.

Assim, a seguradora teria sido induzida a erro e, por isso, os segurados perderam o direito à indenização – nos termos Código Civil.

### **Defesa**

Para Pedro Guilherme de Souza, sócio da SABZ Advogados e advogado da Chubb no caso, a decisão é inovadora por delimitar o alcance do conceito de “ato de gestão”, passível de cobertura pelo D&O.

O advogado Amauri de Oliveira Melo Junior, que representou o ex-diretor, destacou que não houve comprovação da atitude intencional e deliberada, sobretudo da má-fé do segurado. “Embora muito bem fundamentada, a decisão não superou a clara disposição decorrente do art. 766, parágrafo único do Código Civil”, argumentou Melo Junior.

Pelo dispositivo, se a inexatidão ou omissão nas declarações não resultar de má-fé do segurado, a seguradora terá direito a resolver o contrato, ou a cobrar, mesmo após o sinistro, a diferença do prêmio.

Por fim, Pedro Souza destacou que “o entendimento da Corte sobre a perda de cobertura por omissão de informações do segurado chama a atenção para um aspecto muitas vezes negligenciado por segurados: a gestão da apólice de seguros”.

**Fonte:** [JOTA](#), em 16.02.2017.